

**LEI Nº 950 de 03 de Agosto de 2004.**

Dispõe sobre a função pública de conselheiro tutelar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITIS no uso de suas atribuições legais faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Capítulo I**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Esta lei institui o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar do Município de Buritis.

Art. 2º - São atribuições da função pública de conselheiro tutelar as definidas no art. 136 da Lei Federal n.º 8.069 de 13 de julho de 1990.

Capítulo II**Do Exercício da Função**

Art. 3º - Os Conselheiros serão eleitos pelo voto facultativo do cidadão do município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos e coordenadas por comissão especialmente designada pelo mesmo conselho.

§1º - Caberá ao Conselho Municipal dos direitos prever forma e prazo para impugnações, registro de candidatura eleitoral, proclamação dos eleitores e posse dos conselheiros.

Parágrafo Único - Ao iniciar o exercício da função, o conselheiro tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, direitos e deveres.

Art. 4º O processo eleitoral de escolha do membro do conselho tutelar será presidido por juiz eleitoral e fiscalizado por membro do Ministério Público.

Art. 5º O conselheiro tutelar fica sujeito a jornada de trinta horas semanais de trabalho.

§ 1º - O regimento interno definirá os critérios para o regime de plantão e a jornada diária a que estão sujeitos os conselheiros, observando a obrigatoriedade da permanência constante de pelo menos um conselheiro durante o horário normal de funcionamento do Conselho.

§ 2º - Além do cumprimento do estabelecido no caput, o exercício da função exigirá que o conselheiro/tutelar se faça presente sempre que solicitado, ainda que fora da jornada normal a que está sujeito.

Capítulo III**Da Vacância**

Art. 6º - A Vacância da função decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse em cargo, emprego ou função pública remunerados;

III - falecimento;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - ter acesso aos serviços de assistência e previdência mantidos pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Bandeirantes, 723 - CEP 38660-000 - BURITIS - Minas Gerais

Art. 7º - A gratificação natalina corresponde a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

§1º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

§ 2º - O conselheiro que se desvincular do conselho tutelar perceberá sua gratificação natalina proporcional aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês do afastamento.

§ 3º - A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

§ 4º - Será pago ao conselheiro, por ocasião das férias, adicional correspondente a um terço da remuneração do mês de gozo das férias.

Capítulo IV

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 8º São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do conselho Tutelar:

I – reconhecida a idoneidade;

II – idade superior a 21 anos;

III – residir no município há dois (dois) anos;

IV – diploma de nível de 2º grau

V – reconhecida a experiência de no mínimo três (três) anos com crianças e adolescentes;

VI – apresentar noções básicas de informática;

VII – ser indicado por entidades que envolvam crianças e adolescentes

Capítulo V

Das Licenças

Art. 9º – Será concedida licença ao conselheiro tutelar nas seguintes situações:

I – para concorrer a cargo eletivo;

II – em razão de maternidade;

III – em razão de paternidade;

IV – para tratamento de saúde;

V – por acidente em serviço;

Parágrafo único: É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art.10- O conselheiro terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito.

Art. 11 - A conselheira tutelar gestante terá direito a 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença, a partir do oitavo mês de gestação.

1º - Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

2º - No caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados 30 (trinta) dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

Art. 12 – A licença paternidade será concedida ao conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do nascimento.



Art. 13 – Será concedida ao conselheiro licença para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º- Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo conselheiro e que se relacione com o exercício de suas atribuições.

§ 2º- Equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício de suas atribuições.

Capítulo VI

Das Concessões

Art. 14 – O conselheiro poderá ausentar-se do serviço sem qualquer prejuízo, por sete dias consecutivos, em razão de:

- I- Casamento
- II- Falecimento do Cônjuge, companheiro, pais ou filhos

Capítulo VII

Do Tempo de Serviço

Art.15- O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de serviço na função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

Art. 16- Além das ausências previstas no art. 10, serão considerados de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I - férias:
- II-licença:
 - a) Maternidade e paternidade
 - b) Por motivo de acidente em serviço

Capítulo VIII

Dos Deveres

Art. 17 – São deveres do conselheiro tutelar:

- I – exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme a Lei 8.069/90;
- II – observar as normas legais e regulamentares;
- III – atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- IV - Zelar pela economia do material e conservação o patrimônio público;
- V-manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;
- VI – guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimentos;
- VII – ser assíduo e pontual;
- VIII – tratar com urbanidade as pessoas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Bandeirantes, 723 - CEP 38660-000 - BURITIS - Minas Gerais

Capítulo IX **Das Proibições**

Art. 18 – Ao conselheiro tutelar é proibido:

- I – ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço;
- II – recusar fé a documento público;
- III – opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IV – delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- V – valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VI – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- VII – proceder de forma desidiosa;
- VIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- IX – exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- X- fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;
- XI – aplicar medida de proteção sem a prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergências, que serão submetidas em seguida ao colegiado.

Capítulo X **Da Acumulação da Responsabilidade**

Art. 19- O conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

Capítulo XI **Das Penalidades**

Art. 20- São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros dos Conselhos Tutelares:

- I – advertência;
- II – suspensão;
- III – destituição da função

Art. 21 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 22- A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante nos incisos, I, II, e XI do art. 19 e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 23 – A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder trinta (30) dias, implicando o não-pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 24- O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:



- I- prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
 - II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - III – faltar sem justificar a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, no espaço de um ano;
 - IV- em caso comprovado de inidoneidade moral;
 - V –ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
 - VI- posse em cargo, emprego ou outra função remunerada;
 - VII- transgressão dos incisos, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 19.
- Art.25- A destituição do conselheiro o incompatibilizará para o exercício de qualquer cargo, emprego ou função pública no município de Buritis, pelo prazo de 3 (três) anos.
- Art.26 - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Capítulo XII

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 27- O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade nos conselhos tutelares é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 28 – Da sindicância, que não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, poderá resultar:

- I – o arquivamento;
- II – a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;
- III – a instauração de processo disciplinar

Art. 29 –Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Capítulo XIII

Das Restrições

Art. 30- Serão impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro genro ou nora, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo Único – Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma desse artigo em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude, e Exercício na Comarca, Fórum regional ou distrito local.

Capítulo XIV

Das Disposições Gerais

Art. 31 – O conselheiro perderá:

- I – a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, sem justificativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Bandeirantes, 723 - CEP 38660-000 - BURITIS - Minas Gerais

II – a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem justificativa.

Art. 32- Poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, mediante autorização do conselheiro tutelar ou decisão judicial.

Art. 33- As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não-excedentes à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo Único – O conselheiro em débito com o erário e que de qualquer modo se desvincular do Conselho Tutelar tem 30 (trinta) dias para quitar o débito, sob pena de sua inscrição na dívida ativa.

Art. 34 –Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referente ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenar e executar todas as atividades relativas à disciplina dos conselheiros tutelares.

Art. 35- O Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de sessenta (60) dias.

Art. 36- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Buritis – MG, 03 de Agosto de 2004.


JOSEÉ VICENTE DAMASCENO
PREFEITO MUNICIPAL

Proposição de Lei nº 008/2004. Autoria: Executivo Municipal